

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

3

4 Às quatorze horas e trinta minutos do dia 21 de julho de dois mil e quatorze,
5 no auditório da Casa de Direitos Humanos - Av. Amazonas, 558 – 5º andar -
6 Centro – BH, reuniu-se em plenária ordinária o CONPED para discutir e
7 deliberar sobre a seguinte pauta: 1 – verificação do quórum, 2 – aprovação
8 da ata da 6ª reunião ordinária, 3- relatórios das Comissões Temáticas e
9 Câmara Técnica TEA, 4- informes. Estavam presentes os conselheiros: Kátia
10 Ferraz Ferreira (CVI -BH), Clodoália Nobre Barbosa (SEPLAG), Valéria Marta
11 Amormino (SEE), Alexander Fabian Malheiros (SES), Lindberg Ribeiro Garcia
12 (SETOP), Arthur Campos Cheib (SEDESE), Juliana de Melo Cordeiro Chiari
13 (SEDESE), Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM), Maurício Alves Peçanha (ADC-
14 Contagem), Marlice Ornelas Lúcio (APODEN), Caio Múcio Barbosa
15 Pimenta (Assoc. Cegos Louis Braille), Eustáquio José de Oliveira (ADEFI),
16 Rogério de Araújo Souza (APAPE), Adnilson Marins (Federação das (APAES),
17 Denise Martins Ferreira (C.R. de Psicologia/CRP) ,Daisy Dias Lopes (C.R. de
18 Serviço Social/CRESS). Justificaram a ausência os conselheiros: Glicélio
19 Ramos Silva (SEC), Ana Lúcia Henriques Grossi (SEDESE), Ana Lúcia de Oliveira
20 (CAADE), Renata Jacques Batista (C.R. Fonoaudiologia/CREFONO). Foi
21 conferido o quórum e em seguida aprovada a ata do mês de junho/2014,
22 com abstenção dos conselheiros: Valéria Marta Amormino (SEE), Eustáquio
23 José de Oliveira (ADEFI), Maurício Alves Peçanha (ADC), pois não
24 participaram da reunião. Inicialmente, Juliana de Melo Cordeiro Chiari se
25 apresentou como atual diretora dos Conselhos de Direitos Humanos e disse
26 que está revendo os trabalhos dos Conselhos para tornar mais eficaz o
27 funcionamento dos mesmos. Informou aos conselheiros que está garantida a
28 presença de um intérprete de Libras em todas as reuniões e solicitou que se
29 faça um trabalho de divulgação desse fato às entidades que trabalham com
30 pessoas com deficiência auditiva e ao público interessado. O conselheiro
31 Milton Henriques disse que, até então, as pessoas com deficiência auditiva
32 não participavam das plenárias porque não havia esse profissional.

33 Retomando a palavra, a presidente Kátia informou que recebeu a denúncia
34 de que na TV Assembleia e em todos os eventos realizados por ela houve a
35 suspensão do intérprete de libras o que considera uma questão grave, pois
36 muitos deficientes auditivos participam/assistem esses programas na
37 televisão. O conselheiro Maurício sugeriu que se faça um ofício para o
38 presidente da ALMG e para o presidente da comissão da Pessoa com
39 Deficiência, exigindo que se mantenha esse profissional. Dra. Júnia
40 (Ministério Público) esclarece que esse é um direito garantido por Lei
41 Ordinária e orientou fazer um ofício para a ALMG e para o Ministério Público,
42 pois faz parte da acessibilidade a comunicação em libras. O conselheiro
43 Rogério elogiou a presença da secretária executiva no CONPED, da
44 intérprete de libras nas plenárias e da Sra. Juliana Chiari na diretoria dos
45 conselhos, o que, na sua opinião, gera uma expectativa de melhoramento do
46 trabalho do CONPED e considera necessário pedir explicação à ALMG sobre o
47 fato da suspensão do profissional de libras em seus eventos e acrescentou
48 que , desta forma, “a ALMG é casa do povo, mas não do deficiente
49 auditivo.” O conselheiro Caio Múcio disse que as providências propostas
50 aqui serão inócuas, pois a Assembleia não atenderá aos ofícios pela falta de
51 sensibilidade da pessoa que criou esta situação. Ele propôs que a presidente
52 marque uma audiência, levando uma comissão e exija explicação,
53 observando que eles estão com o poder, mas devem atender à sociedade, e,
54 em função da resposta o CONPED pode tomar outras providências como, por
55 exemplo, levar uma faixa com os dizeres “Casa do povo, mas não do
56 deficiente auditivo”, denunciando a falta de respeito com a pessoa com
57 deficiência. A diretora dos Conselhos, Juliana Chiari, considerou pertinente a
58 colocação do Caio e propôs marcar uma audiência na Assembleia e, ao
59 mesmo tempo, apresentar um ofício questionando o motivo por que foi
60 retirado o intérprete de libras da Casa, para que fique registrado que o
61 CONPED quer esclarecimentos sobre a questão. O conselheiro Adnilson
62 defendeu a linha diplomática, a audiência, para se obter efeito mais rápido.
63 Concordando, a conselheira Valéria lembrou que a urgência deve-se ao
64 período da eleição. O conselheiro Maurício Peçanha sugeriu a apresentação
65 das propostas a serem votadas, pois o CONPED como órgão deliberativo e

66 fiscalizador deve atentar a esse princípio exigindo urgência da solução,
67 devido ao período eleitoral. Foram apresentadas as seguintes propostas:
68 1ª- agendamento de audiência com o presidente da mesa da assembleia
69 questionando a suspensão do serviço de tradução de libras e 2ª-
70 agendamento de audiência com o presidente da Assembleia com
71 encaminhamento de ofício ao presidente, ao presidente da comissão da PCD
72 3ª- agendamento de audiência com a presença da Kátia e conselheiros,
73 levando os ofícios. Escolhida por votação a terceira proposta. Passou se em
74 seguida ao Relatório das Comissões Temáticas: Atos Normativos: Apesar de a
75 aprovação do Regimento Interno do CONPED não estar prevista na pauta da
76 plenária, o conselheiro Rogério, como participante da comissão de atos
77 normativos e da elaboração do Regimento, pediu a votação para aprovação
78 do mesmo que, finalmente, foi aprovado com quatorze votos, com abstenção
79 da Juliana Chiari, em razão de estar à frente da diretoria dos Conselhos e que,
80 no momento, está estudando a questão do regimento de todos os
81 Conselhos juntamente com sua assessoria. Houve também abstenção do
82 Adinilson Marins e da Valéria Amormino. Caio finaliza dizendo que o poder
83 de aprovar o regimento é do CONPED e assim foi feito. Rogério adverte que é
84 o momento oportuno para dar legalidade ao Conselho, lembrou que a
85 Assembleia Legislativa está examinando a adequação da Lei de Criação do
86 CONPED e, caso haja controvérsia entre ela e o Regimento Interno, basta
87 fazer a adequação. Prosseguindo, Eustáquio, componente da comissão de
88 acessibilidade, solicitou ao CONPED que faça denúncia ao órgão competente
89 contra a Empresa Irmãos Teixeira que não cumpre as regras de segurança e
90 de acessibilidade como , por exemplo, a falta de cinto de segurança nos
91 ônibus, conforme relatado pelo conselheiro Milton Henriques, usuário desse
92 transporte. O conselheiro Lindberg, representante da SETOP, faz uma
93 orientação sobre esta demanda, fundamentada na Lei Delegada 180/2011 e
94 Decretos 4785 e 44603/2007: a fiscalização nas rodovias federais, relativas
95 ao tráfego, é feita pela Polícia Rodoviária Federal, mas cabe ao DER verificar e
96 autuar a empresa no caso de falta de segurança. O conselheiro Caio,
97 demonstrando sua insatisfação com a burocracia do Estado, sugeriu que se
98 encaminhe a denúncia diretamente à Polícia. Lindberg assegurou que o DER

99 responde essa questão em poucos dias e se disponibilizou a repassar essa
100 denúncia ao DER. A conselheira Clodoália informou que toda pessoa com
101 deficiência precisa saber que, no Estado, existe a Ouvidoria Geral do Estado
102 que recebe qualquer denúncia, encaminha para o devido setor e cobra a
103 resposta com muita rapidez. Retomando a apresentação do relatório da
104 comissão de acessibilidade, Eustáquio disse que há problemas de falta de
105 acessibilidade na passarela externa da Rodoviária de Belo Horizonte e pede
106 ao CONPED que solicite solução. Sobre essa questão, o conselheiro Lindberg
107 se dispôs a orientar a comissão. Ainda dentro da apresentação da comissão
108 de acessibilidade, Maurício Peçanha questionou sobre os encaminhamentos
109 para a criação da Frente Metropolitana de Acessibilidade e cobrou
110 acompanhamento das deliberações da Conferência para os órgãos gestores.
111 Kátia explicou que não se tem uma metodologia para acompanhar as
112 deliberações da Conferência, mas o Programa Minas Incluir faz este
113 monitoramento e alegou que os encaminhamentos serão decididos dentro
114 das comissões. Na apresentação do relatório da comissão de políticas
115 públicas, a conselheira Denise disse que foi discutida a questão da Bolsa da
116 Sedese (Loteria Mineira) e esclareceu que o CONPED recebeu um documento
117 de especificação do Programa, enviado pela subsecretária Juanita Pimenta. O
118 conselheiro Adnilson, coordenador desse processo, apresentará proposições
119 após estudo desse benefício e posteriormente será apresentado na
120 plenária. Outro tema abordado nesta comissão foi: a subsecretária Juanita
121 Pimenta encaminhou ao CONPED uma correspondência enviada pelo
122 presidente da ALMG em 2013, para que o Conselho faça a verificação da
123 acessibilidade na AMR. A comissão verificou que existem outros problemas
124 nessa entidade, os quais serão listados e encaminhados ao Conselho
125 Municipal, pois não compete ao CONPED a solução dos mesmos, o que será
126 comunicado à subsecretária. Sobre a outra demanda do táxi acessível que
127 prestou serviço somente na época da Copa do Mundo, a comissão deliberou
128 por convocar as comissões de políticas públicas, de acessibilidade e de atos
129 normativos para estudarem a possibilidade de permanência do convênio
130 para prestação deste serviço. Denise informou que foi encaminhado para a
131 OAB o documento que trata das necessidades das pessoas com deficiência ,

132 mas ainda não obtiveram resposta. Daisy, componente da mesma comissão,
133 sugeriu que o CONPED faça estudo da Lei Complementar 142/13 da Casa
134 Civil que trata da regulamentação do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no
135 tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de
136 Previdência Social - RGPS. Considerando a importância da conquista deste
137 direito pelo segmento sugeriu que o CONPED convide profissionais (médico
138 perito e assistente social) do INSS, com conhecimento específico, a fim de
139 esclarecer sobre os parâmetros do instrumental utilizado para a concessão
140 do benefício. Em seguida, Rogério fez uma breve explanação sobre a criação
141 e funcionamento da Câmara Técnica do TEA, observando alguns pontos
142 importantes como: já foi feita contratação de um psiquiatra no atendimento
143 para diagnóstico do TEA, o Secretário de Saúde está muito empenhado
144 nesse processo, houve uma discussão produtiva com relação à capacitação
145 de equipe de trabalho para o Centro de Diagnóstico de Minas Gerais, que
146 será construído brevemente. A conselheira Daisy acrescentou que o Estado
147 de Minas Gerais está evoluindo nesse processo e está à frente de alguns
148 outros Estados, conforme conhecimento de algumas situações específicas em
149 outros Estados através de pesquisa pela Associação que participa (Apabb).
150 Denise finalizou explicando que não se deve trabalhar com linha de
151 atendimento e sim com o melhor atendimento para a pessoa com TEA,
152 Rogério esclareceu que a grande referência é que se tenha pesquisa e
153 extensão para ter continuidade no tratamento da pessoa com TEA. Informes:
154 a presidente Kátia informou que no dia 31 de julho e dias 1º, 2 e 3 de agosto,
155 de 9 às 18 horas acontecerá o Campeonato de Tênis de em Cadeira de Rodas
156 na Avenida Otacílio Negrão de Lima, 7030, Pampulha e terminou a reunião às
157 17:10horas, agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a tratar,
158 eu, Daisy Dias Lopes, 1ª. Secretária do Conselho Estadual de Defesa dos
159 Direitos da Pessoa com Deficiência, lavrei a presente ata. Belo Horizonte, 21
160 de julho de 2014.

161 Kátia Ferraz Ferreira (Presidente do CONPED)

162 Clodoália Nobre Barbosa(SEPLAG)

163 Valéria Marta Amormino(SEE)

- 164 Alexander Fabian Malheiros(SES)
- 165 Lindberg Ribeiro Garcia(SETOP)
- 166 Artur Campos Cheib(SEDESE)
- 167 Juliana de Melo Cordeiro Chiari(SEDESE)
- 168 Milton Henriques de Oliveira(ADEFOM)
- 169 Maurício Alves Peçanha(ADC- Contagem)
- 170 Marlice Ornelas Lúcio(APODEM)
- 171 Caio Múcio Barbosa Pimenta(A. Cegos L. Braille)
- 172 Eustáquio José de Oliveira(ADEFI)
- 173 Rogério Araújo de Souza(APAPE)
- 174 Adinilson Marins(FED. APAES)
- 175 Denise Martins Ferreira(C.R.Psicologia)
- 176 Daisy Dias Lopes(C. R. Serviço Social)